



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UNIVERSIDADES: ANÁLISE DE DOIS PROGRAMAS BRASILEIROS

Kelly Gianezi
UNESC

kellygianezi@terra.com.br

RESUMO: O acesso de estudantes brasileiros no ensino superior tem ocorrido mediante diferentes formas de ingresso. Este artigo é um estudo de duas experiências brasileiras, uma institucional e outra de âmbito nacional, que versa sobre as suas principais características e dilemas em Mato Grosso e no Brasil. Neste artigo foi possível reunir e analisar documentos sócio-históricos e estatísticos relacionados ao Proind (Programa de Inclusão Indígena) e ao Prouni (Programa Universidade Para Todos). Questiona-se **é possível identificar a existência de estratégias de gestão universitária para atrair e manter estudantes universitários respeitando suas distintas etnias? Se sim, é possível considerar que tais características promovam a diversidade cultural sem causar conflitos nas universidades?** Metodologicamente a pesquisa assumiu um caráter descritivo, mediante a realização de uma pesquisa teórica-empírica. Constatou-se que: ambas as experiências contribuíram para o crescimento de matrículas de universitários oriundos de etnias sub-representadas (afro-brasileiras e indígenas); houve a ampliação da diversidade cultural; e embora tenha havido marcas de resistência por parte de alguns estudantes e docentes, as mesmas foram superadas mediante a perseverança e êxito daqueles que foram contemplados pelas políticas públicas.

Palavras-chave: Gestão Universitária; PROUNI; PROIND.

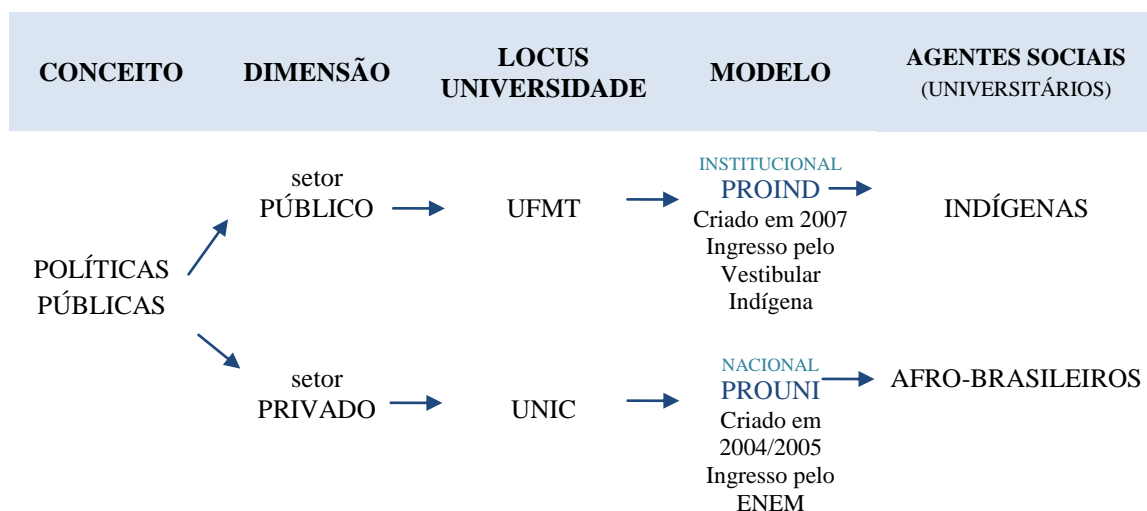
1 INTRODUÇÃO

Desde o início deste século, políticas públicas (dentre as quais as ações afirmativas) foram formuladas com o intuito de modificar a desigualdade social nas universidades brasileiras, contemplando uma parcela da população que historicamente teve poucas condições de equidade socioeconômica para o acesso e permanência no ensino superior. Assim, o acesso de estudantes brasileiros no ensino superior tem ocorrido mediante diferentes formas de ingresso.

O objetivo do presente artigo é estudar duas experiências brasileiras distintas de ações afirmativas consideradas aqui como políticas públicas – uma de natureza institucional e a outra de natureza pública, porém voltada para o setor privado, de alcance nacional. Cabe salientar que ambas as políticas públicas (PROUNI e PROIND) foram estudadas em duas universidades brasileiras (uma privada a UNIC e a outra pública a UFMT) as quais tomaram a dianteira no processo de incluir os excluídos no ensino superior.

Metodologicamente a pesquisa assumiu um caráter descritivo, mediante a realização de uma pesquisa teórico-empírica em documentos sócio-históricos e estatísticos relacionados ao PROIND (Programa de Inclusão Indígena) e ao PROUNI (Programa Universidade Para Todos). Com o objetivo de esclarecer a forma como este artigo abordou o objeto de pesquisa em questão, apresenta-se a Figura 1, que esquematiza metodologicamente a maneira como foi construída tal análise.

Figura 1 — Universo da Pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Considerando as perspectivas teórica e empírica, emergiram as seguintes indagações: **é possível identificar a existência de estratégias de gestão universitária para atrair e manter estudantes universitários respeitando suas distintas etnias? Se sim, é possível considerar que tais características promovam a diversidade cultural sem causar conflitos nas universidades?**

Este artigo foi estruturado em quatro partes. Na primeira (introdução) contextualizou-se brevemente os principais aspectos que contemplam o tema e o objeto de estudo. Na segunda parte apresentou-se a perspectiva do Programa de Inclusão Indígena (PROIND). Na terceira parte manteve-se a mesma estrutura (apresentação e análise) porém enfocando no Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Na quarta parte, por sua vez, foi destacado algumas evidências empíricas e revelado as principais considerações alcançadas com a presente pesquisa.

2 O PROGRAMA DE INCLUSÃO INDÍGENA (PROIND): “os guerreiros da caneta”¹

O índio tem seus direitos, os animais também têm. [...]

¹ Nome dado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) ao projeto.

*O índio tem seus direitos, hoje não vive isolado.
O índio só tem medo, do branco que mata o índio queimado.*

Francisco Reginaldo da Silva Santos – Kanindé de Aratuba²

Antes de apresentar o Programa de Inclusão Indígena (PROIND),³ é necessário fazer dois esclarecimentos:

(a) hoje sabe-se que a categoria “índio” pode sugerir equivocadamente a ideia de homogeneidade de povos indígenas, entretanto, o uso frequente deste termo se embasa em uma construção política e social significada no interior da cultura; e

(b) apresenta-se, brevemente, o cenário estatístico da educação indígena no País⁴ para se compreender a importância desse tipo de programa.

Dessa forma, salienta-se que o ensino fundamental indígena sinalizava uma provável consolidação na década de 1990. Esse fato, segundo Bergamaschi (2008), preparou melhor os estudantes que posteriormente passaram a reivindicar os demais níveis de ensino. “Mesmo advindos de censos escolares frágeis, os dados estimavam a atuação de 3.059 professores indígenas e, aproximadamente, 93 mil estudantes em 2002, distribuídos nas mais de 1.392 escolas em terras indígenas” (BERGAMASCHI, 2008, p. 119).

Segundo a autora, em 2005, esses dados atingiram o patamar de 2.324 escolas funcionando nas terras indígenas⁵ distribuídas pelo território brasileiro, atendendo a aproximadamente 164 mil estudantes e contando com aproximadamente 9.100 professores (88% indígenas). Consequentemente, esse cenário deu início a novas reivindicações dos estudantes indígenas, agora de acesso ao ensino superior. Isso possibilitou a criação de cursos e vagas específicas para indígenas nas universidades.

Um levantamento do Departamento de Educação da FUNAI [Fundação Nacional do Índio] realizado em 2002, identificou 1.150 estudantes indígenas em Cursos Superiores no Brasil, sendo 82 na região norte; 292 na região nordeste; 85 na região sudeste; **583 na centro-oeste** e 153 na região sul. Esses dados revelam que os índices de acesso ao ensino superior da população indígena, embora crescentes, são ínfimos e não superam 0,6% da população (BERGAMASCHI, 2008, p. 119, grifo da autora).

² Trata-se de um excerto do poema “Discriminação” cujo autor, Francisco Reginaldo da Silva Santos – Kanindé de Aratuba, disponibilizou na íntegra no site do Observatório Indígena da Universidade Federal do Ceará, em 20 de janeiro de 2008. É importante salientarmos que o referido Observatório, embora tenha seu foco na cultura indígena cearense, proporcionou-nos diferentes fontes de pesquisa. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.observatorioindigena.ufc.br/oktiva.net/1983/nota/73723>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

³ Existe, no Banco de Teses da CAPES, os seguintes números de trabalhos registrados: sobre a UFMT (teses: 18 e dissertações: 204) e sobre a UNIC (Universidade de Cuiabá) (teses: 02 e dissertações: 28). Salienta-se que havia a pretensão de fazer uma nova varredura no referido Banco, entretanto o mesmo não estava disponível desde junho de 2013. Várias solicitações foram feitas (todas registradas mediante e-mails e número de protocolos por contatos telefônicos) a CAPES para que o mesmo fosse logo disponibilizado, mas não foram atendidos. As tentativas foram cessadas em 23 de dezembro de 2013.

⁴ Em relação à educação indígena em outros países, destaca-se a palestra “Educação Indígena: uma *mirada* a partir do contexto mexicano” ministrada pela doutora em antropologia Rossana Stella Podestá Siri, em 15 de dezembro de 2011, na Faculdade de Educação da UFRGS. Naquela ocasião foi possível apreender um pouco sobre a educação escolar indígena e a formação de professores indígenas no México.

⁵ No §1º do art. 231 da Constituição Federal Brasileira consta a definição das terras indígenas. São aquelas tradicionalmente ocupadas pelos índios, ou seja, “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988, p. 37).

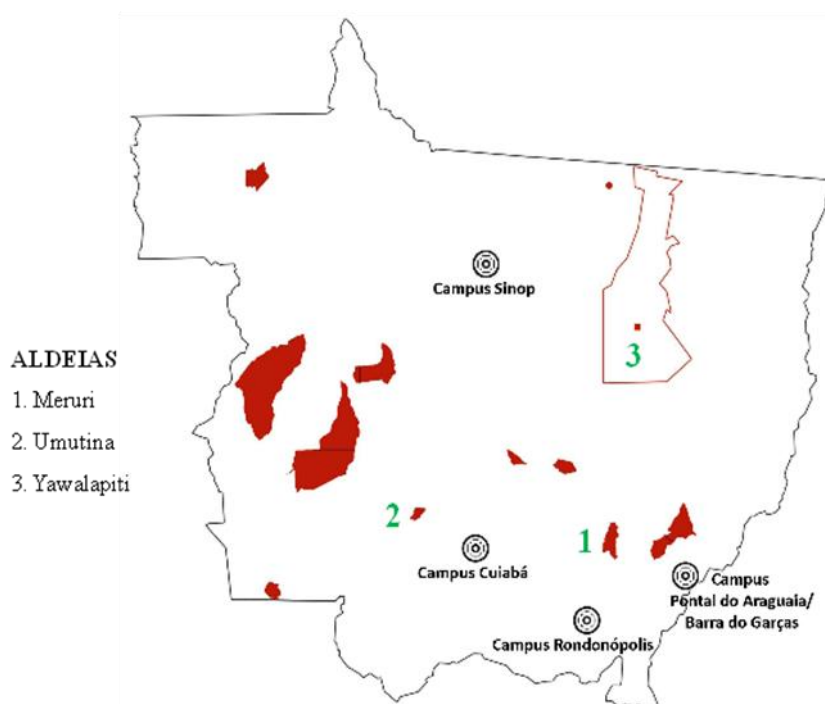
Embora se considere que a “presença indígena no Ensino Superior é um acontecimento recente, inserido na trajetória mais ampla dos povos indígenas brasileiros, que estão tomando para si a condução de algumas políticas que até então eram decididas por não-índios” [*sic*] (BERGAMASCHI, 2008, p. 117), continua sendo “preocupante a diminuição da representação dos povos indígenas nas universidades públicas federais” (ANDIFES, 2011, p. 44).

A busca pelo ensino superior não é uma ação individual; pelo contrário, trata-se daqueles que almejam o ensino superior e representam, também, o anseio coletivo da tribo à qual pertencem. Eles buscam o diploma e o conhecimento com o objetivo de retornar para o seu grupo social (BERGAMASCHI, 2008).⁶ Tal anseio tem ganhado força à medida que novos indígenas ingressam e, em especial, egressam das universidades. Para tanto, é importante sabermos a real situação dos povos indígenas no Brasil e em Mato Grosso. Quem são, onde vivem, quais são seus valores, seus *modus vivendi*, constituem informações indispensáveis para se acompanhar e analisar políticas públicas direcionadas para a inclusão desses grupos no ensino superior.

Em Mato Grosso, existem em torno de setenta territórios indígenas, povoados por 35 mil pessoas de 42 povos, sendo 35 as línguas faladas. Considerando essas características, a UFMT criou, em 2007, o PROIND, destinado a estudantes indígenas das etnias de Mato Grosso, possibilitando-lhes ingresso por meio de Processo Seletivo Específico Diferenciado.⁷

A seguir, apresenta-se o mapa ilustrativo da localização dos *campi* da UFMT e dos territórios indígenas, com universitários contemplados pelo PROIND.

Figura 9 — Localização dos Territórios Indígenas contemplados pelo PROIND⁸



⁶ As conclusões alcançadas pela pesquisadora são fruto de uma pesquisa bibliográfica (BERGAMASCHI, 2008, 2011) e teórico-empírica (BERGAMASCHI, 2005), representando contribuições relevantes para o presente estudo.

⁷ Resolução nº 82, de 12 de setembro de 2007, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da UFMT.

⁸ A numeração identifica as aldeias de onde vêm os universitários indígenas matriculados no curso de direito.

Fonte: Adaptado de UFMT (2011).

A Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PROEG) destacou, no *site* institucional da UFMT, que foram criadas cem sobrevagas (vagas suplementares), distribuídas a partir de 2008: dez no primeiro ano, vinte em 2009, vinte em 2010, 25 em 2011 e 25 em 2012.

Cabe enfatizar que as etnias contempladas são: Arara, Bakairí, Bororo, Chiquitano, Guato, Irantxe, Karaja, Kamaiurá, Nammbiquara, Pareci, Terena, Umutina, Xavante e Yawalapiti. Quanto aos cursos de graduação nos quais os indígenas estão matriculados, tem-se: no *Campus* de Cuiabá, administração, agronomia, ciências contábeis, ciências econômicas, ciências sociais, comunicação social, jornalismo, direito, enfermagem, engenharia florestal, engenharia sanitária e ambiental, geografia, medicina, nutrição, psicologia e serviço social; no *Campus* de Rondonópolis, enfermagem; no *Campus* de Sinop, agronomia, enfermagem e engenharia florestal; e no *Campus* de Araguaia, enfermagem e farmácia. Observa-se que os cursos atendidos pelo Programa de Inclusão Indígena são apenas os bacharelados, uma vez que “não existem alunos indígenas em cursos de licenciatura, pois essa área já é atendida satisfatoriamente pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)” (SILVA, 2012, p. 05). E continua, “o fato de os indígenas estarem nos cursos de bacharelado já provoca mudança de olhares e o que era exótico torna-se familiar” (SILVA, 2012, p. 05). Cabe sublinhar que o Programa é uma experiência e como tal será reavaliado pela Universidade.

Além disso, “seis estudantes participam do Programa de Iniciação Científica – Ação Afirmativa/PIBIC⁹-AF¹⁰/CNPq¹¹ e desenvolvem pesquisas junto às comunidades de origem, relacionadas à sua área de formação (Ciências Contábeis, Direito e Nutrição)” (UFMT, 2010a, p. 40). Destaca-se que esses universitários contam com auxílio financeiro da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da UFMT, que concede dezoito bolsas (UFMT, 2010b) e, desde maio de 2013, do Ministério da Educação (MEC), mediante o Programa Nacional de Bolsa-Permanência.

Através deste último, os universitários indígenas aldeados oriundos de comunidades tradicionais reconhecidas recebem R\$ 900,00 de apoio financeiro, independente do curso. Trata-se de um auxílio para estudantes de baixa renda das instituições federais de ensino superior. A bolsa-permanência é concedida aos estudantes que atendam os critérios para a política de cotas e que estejam matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias, além de terem renda *per capita* familiar mensal de até 1,5 salário mínimo.¹²

A propósito, Carmem Lúcia da Silva, antropóloga e coordenadora do programa, proferiu uma palestra no I Fórum de Licenciatura da UFMT/PROEG/PROIND, realizado no Hotel Fazenda Mato Grosso nos dias 03 e 04 de novembro de 2011. Naquela ocasião, ela salientou que

O PROIND na UFMT constitui ações afirmativas de fato, que possibilitaram o acesso de estudantes de etnia indígena do Estado de Mato Grosso ao ensino superior. As sobrevagas garantem o ingresso, especialmente, nos cursos da área da saúde, agrárias e ciências sociais, compreendendo prova objetiva, de conhecimentos gerais e redação, além de prova oral que valoriza

⁹ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica.

¹⁰ Ação Afirmativa.

¹¹ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

¹² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18652>. Acesso em: 07 ago. 2013.

a tradição da oralidade e saberes relativos aos compromissos tradicionais dos povos indígenas (SILVA, 2011).¹³

Contudo, vale destacar a revelação de um dos pontos que requer melhorias, apontado pela comunidade acadêmica e pela sociedade mato-grossense, registrado no relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA): “[...] pouco conhecimento e fragilidade do programa PROIND, tanto pela parte interna da universidade quanto pela sociedade, considerando o alto número de indígenas que moram em áreas de abrangência dos quatro *campi* da universidade” (UFMT, 2010b, p. 100). No mesmo relatório, está registrada a recomendação de “ampliação e investimentos em projetos para estudantes indígenas” (UFMT, 2010b, p. 101).

Em dezembro de 2011, o Processo Seletivo Específico da UFMT ofereceu 25 vagas, sendo 21 para o *Campus* de Cuiabá (administração, sistema de informação, ciências sociais, ciências da computação, comunicação social, engenharia elétrica, psicologia, medicina veterinária, nutrição e saúde coletiva), duas para o *Campus* Portal do Araguaia (biomedicina) e duas para o *Campus* de Sinop (zootecnia).¹⁴

O desafio ao qual se propõe neste artigo é o de conhecer dois programas distintos de ações afirmativas e verificar quais são os reflexos destes no âmbito institucional e nacional, podendo identificar o real impacto de tais programas na vida acadêmica dos universitários e em suas respectivas universidades.

3 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS (PROUNI): o contexto social e a influência (inter)nacional

Antes de tratar do PROUNI, é imperativo fazer três esclarecimentos. O primeiro refere-se a determinadas terminologias. O emprego do termo “negro” está consoante à classificação utilizada no texto da Lei do PROUNI em vigor desde 2005, tendo as expressões “afro-brasileiro” e “afrodescendente” como sinônimos.¹⁵ Ainda sobre o primeiro termo, as categorias de “cor” e “raça” utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não contemplam a expressão “negro”, pois esta resulta do somatório de pretos e pardos. O que o IBGE considera são as categorias branca, preta, parda (mulata, mestiça, cabocla, cafuza, etc.), amarela e indígena. Quanto ao termo “raça”, também empregado aqui, se justifica o seu uso por se compreender ser este um conceito relevante para o estudo das minorias étnico-raciais. Portanto, o mesmo foi utilizado como um conceito sociológico como construção social vinculado a identidade de determinados grupos. É sabido que o termo “raça” foi refutado pelas perspectivas das ciências biológicas. Entretanto, da mesma forma que os termos “índio” e “negro”, o conceito “raça” faz parte de uma construção política e social. Logo, todos estes termos também são usados sob a perspectiva sociológica.

O segundo se refere aos problemas encontrados na coleta de dados empíricos por ocasião da pesquisa de campo. Embora alguns autores (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006; CARVALHO, 2006; PERFEITO, 2013; SILVEIRA, 2013) constatem dificuldades de acesso e intransparência dos dados referentes ao Programa Universidade Para Todos, tanto no *site* do

¹³ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/cc656a12b93bbbedc6cfc4da4f049f753.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

¹⁴ Edital nº 07, de 26 de novembro de 2011, CEV da UFMT. VI processo seletivo da UFMT para os povos indígenas de Mato Grosso Disponível em: <http://200.17.60.4/vestibular/concursos/indigenaVI/edital_07.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2012.

¹⁵ Valendo-se de autores que fazem uma análise diferenciadora entre etnia e raça, Nunes (2002, p. 123) tenta “encontrar algumas similaridades que qualificam a reflexão na medida que nos leva não apenas a escolher mas a relacionar ambos os conceitos frente ao fato que está sendo estudado”.

MEC,¹⁶ como na Instituição de Ensino Superior (IES) selecionada, em relação a esta última salienta-se que o mesmo não ocorreu conosco. Tivemos acesso à coordenação, que prontamente nos encaminhou para o setor responsável pelo PROUNI. Este, por sua vez, além de nos abrir todos os arquivos, nos disponibilizou uma bolsista para nos auxiliar na coleta de dados.¹⁷

E o terceiro esclarecimento, refere-se a uma inversão cronológica, pois se começou por expor o acontecimento mais recente sobre o PROUNI antes mesmo de apresentar o próprio Programa e seus dados estatísticos no Brasil e na IES selecionada (a UNIC). Esta opção foi feita por entender que o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) fundamentou todo o processo de implantação do referido Programa.

5.3.1 O Tratamento e Interpretação do Judiciário Sobre o PROUNI

No Brasil, o século XXI foi inaugurado com acerbadas discussões sobre as desigualdades sociais e raciais. No setor público, ganhou notoriedade o sistema de cotas¹⁸ e, no setor privado, o destaque foi para o PROUNI. Recentes estudos¹⁹ buscaram analisar e discutir a inclusão no ensino superior e contribuem para situar os pesquisadores em um debate contemporâneo, apontando categorias de análise que permitem uma compreensão de iniciativas desta natureza (estudadas aqui como políticas públicas).

Desta forma, para os fins desta subseção, foi considerado o estudo de Gianezi, Oliven e Allen (2013), ao aduzirem que a tensão existente na sociedade brasileira decorrente desse processo “se revelou como uma força conflituosa em torno da sustentação dos direitos e garantias fundamentais” (p. 129). Os resultados dos debates sobre o PROUNI e sobre

as políticas de inclusão de minorias étnico-raciais e de grupos sub-representados no ensino superior brasileiro exigiu que o Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionasse perante o polêmico tema das cotas raciais universitárias que estão contidas numa política maior denominada afirmativa ou positiva (GIANEZINI, OLIVEN, ALLEN, 2013, p. 129).

¹⁶ Vale salientar que no *site* do Programa não constam informações detalhadas e importantes sobre os bolsistas e as IES. **Em relação aos bolsistas e às bolsas** faltam as informações sobre os cursos nos quais as bolsas foram ocupadas e o tipo de graduação (bacharelado, licenciatura ou tecnológico); idade dos bolsistas; bolsas ociosas; evasão de bolsistas; motivo de encerramento das bolsas; bolsas distribuídas para ingressantes ou não; e, se era cotista e se as bolsas eram remanescentes. **Em relação aos dados referentes às IES** faltam as informações sobre a organização acadêmica; custos de uma bolsa PROUNI; custos das mensalidades para os acadêmicos não bolsistas; e a isenção fiscal atribuída às IES que aderiram ao Programa.

¹⁷ Cabe, entretanto, observar que tais documentos encontravam-se no depósito da Universidade, sem qualquer tipo de preservação. Naquele local, a temperatura alcançava facilmente 40 °C, à sombra, conforme o termômetro instalado no local.

¹⁸ Gianezi, Oliven e Allen (2013, p. 118) constataram que, no Brasil, “o tema das cotas em universidades brasileiras, por ser de natureza polêmica, foi debatido em audiência pública realizada em março de 2010. Houve a participação de 38 especialistas – entre pesquisadores e representantes de organizações da sociedade civil – que apresentaram argumentos favoráveis e contrários ao sistema de cotas nas universidades públicas e privadas”. A transcrição da audiência pública pode ser consultada em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

¹⁹ Gianezi (2012) realizou uma pesquisa sobre as distintas políticas afirmativas no Brasil e nos Estados Unidos. Trata-se da monografia de conclusão de curso em direito, intitulada “Direito e Sociedade: análise comparativa das políticas afirmativas nos sistemas jurídicos brasileiro e estadunidense”, a qual foi aprovada com conceito “10” e indicada para publicação, em dezembro de 2012, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Diante das argumentações dos ministros brasileiros do STF, Gianezi, Oliven e Allen (2013) desenvolveram um estudo comparado para analisar as políticas de ações afirmativas no Brasil e nos Estados Unidos através do julgamento de casos fundamentados na jurisprudência dos dois países.

Os autores se questionavam se era possível constatar a influência do sistema de cotas estadunidense no sistema de cotas brasileiro e averiguaram que “ainda que tardiamente e somente no momento inicial houve inspiração naquele sistema, porém após intensos debates em vários setores da sociedade brasileira, o Supremo Tribunal Federal adotou um sistema distinto, aperfeiçoando a experiência norte-americana, levando em conta o contexto nacional” (GIANEZINI; OLIVEN; ALLEN, 2013, p. 131). Eles consideraram as especificidades dos dois países aferidos e também concluíram que ambos criaram estratégias distintas de acesso à educação superior, de modo a garantir um sistema mais equitativo.

Além disso, “no Brasil as cotas raciais foram consideradas constitucionais, enquanto que nos Estados Unidos elas foram consideradas inconstitucionais, embora raça possa ser um dos fatores levado em conta como critério no processo de seleção de candidatos às universidades” (GIANEZINI; OLIVEN; ALLEN, 2013, p. 131). Todavia, foi a Índia o primeiro país a ter uma experiência de ação afirmativa, sendo, até hoje, a mais longa de toda a história, cuja implantação ocorreu quando o país ainda estava sob o domínio inglês.²⁰

Em sua pesquisa, os autores tomaram como instrumento de análise seis julgamentos: três americanos e três brasileiros. No Brasil, a discussão em torno de políticas afirmativas para a reserva de vagas por critérios sociais e raciais alcançou as universidades particulares com a criação do PROUNI. Para esse estudo, o que interessa é a análise realizada sobre um dos julgamentos: a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3330.²¹

Esta Ação Direta de Inconstitucionalidade contesta a legalidade do Programa Universidade para Todos, tendo sido relatada pelo então presidente do STF, ministro Ayres Britto,²² e foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), pelo Partido Democratas (DEM) e pela Federação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (FENAFISP). Preliminarmente, os ministros consideraram que a FENAFISP não possuía legitimidade ativa para propor a ação.²³

A CONFENEN arguiu que a medida provisória que originou o PROUNI não atendia aos requisitos de relevância e urgência para sua edição, previstos no artigo 62, §1º e §2º, da Constituição Federal Brasileira, ofendendo, assim, “o princípio constitucional da isonomia entre os cidadãos brasileiros, além de desvirtuar o conceito constitucional de

²⁰ Em 1947, quando a Índia já se encontrava independente da Inglaterra, as ações afirmativas foram ratificadas.

²¹ Conforme Gianezi, Oliven e Allen (2013, p. 124), “as outras duas ações, a ADI 3314 e a ADI 3379, foram apensadas à ADI 3330”, pois possuíam conteúdos semelhantes (contestação ao PROUNI).

²² De acordo com Gianezi, Oliven e Allen (2013), foi o primeiro julgamento plenário da gestão do ministro Ayres Britto, que tomou posse na Presidência do STF no dia 19 de abril de 2012, deixando o seu posto por atingir a idade-limite (setenta anos) para a aposentadoria compulsória de servidores públicos, em 16 de novembro do mesmo ano. Seu sucessor foi o Ministro Joaquim Barbosa, que assumiu a presidência em 22 de novembro de 2012, sendo o primeiro ministro negro a tomar posse na presidência da Corte do STF. Vale destacar que a sua posse ocorreu na semana em que se comemora, no Brasil, o dia da consciência negra (20 de novembro). Joaquim Barbosa aposentou-se em 31 de julho de 2014.

²³ Segundo Gianezi, Oliven e Allen (2013), “somente as seguintes pessoas ou entidades podem propor esta ação: o Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, o Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, um partido político com representação no Congresso Nacional e uma Confederação Sindical ou entidade de classe no âmbito nacional” (p. 124).

entidade beneficente de assistência social” (GIANEZINI; OLIVEN; ALLEN, 2013, p. 124).²⁴

Gianezi, Oliven e Allen (2013) salientam que em 2008, o relator da matéria levou a ação para ser julgada no Plenário. O ministro Ayres Britto rebateu todos os argumentos contra o programa, julgando a ADI 3330 improcedente e considerando o PROUNI constitucional, pois entendeu que o programa é uma forma eficaz de combater situações de desigualdade e promover reequilíbrio social. Na sequência, o Plenário do STF julgou improcedente o pedido feito na ADI 3330, ajuizada pela CONFENEN.

Cabe mencionar, neste íterim, que o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa, procedimento usual quando os ministros querem estudar melhor o processo. Após análise, o referido ministro refutou todos os argumentos da CONFENEN e do DEM, sustentando que o PROUNI era coerente com diversos dispositivos constitucionais que preveem a redução de desigualdades sociais.

Dentre os ministros que acompanharam o relator e consideraram improcedente a ADI 3330, destacaram-se, para fins dessa análise, as considerações de três ministros: Rosa Weber, que argumentou não haver inconstitucionalidade, uma vez que o sistema apenas estimula a adesão ao Programa ao dar prioridade ao repasse dos recursos e “cria mecanismos de estímulo à participação em um importante programa de inclusão social”; Luiz Fux, que ponderou sobre o PROUNI o qual representa uma política pública, subsidiada com recursos federais, de adesão voluntária e por isso não viola a livre iniciativa nem o pacto federativo, sendo um “exemplo eloquente de fomento público de atividades particulares relevantes”; e Gilmar Mendes, o qual afirmou que o sistema adotado pelo PROUNI, com concessão de bolsas por IES privadas mediante o oferecimento de isenção de alguns tributos, é “um modelo engenhoso que favorece mais de um milhão de estudantes, e que deveria ser estendido a outros setores”.

Apesar dos argumentos favoráveis supracitados, um dos ministros do STF divergiu da maioria. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, votou contra a norma que instituiu o PROUNI, argumentando o seguinte: “o meu compromisso não é com o politicamente correto. É com o politicamente correto se estiver, sob a minha ótica, segundo a minha ciência e consciência, harmônico com a Carta da República [...] o Estado que invista em universidades públicas, ao invés de compelir a iniciativa privada a fazer o que o próprio Estado deveria fazer”.

A questão foi polêmica e o resultado do julgamento não foi unânime, mas prevaleceu o entendimento, que há anos já havia sido defendido por parlamentares e intelectuais como Darcy Ribeiro.²⁵ Embora o mesmo não tenha presenciado as distintas manifestações (contrárias e a favor) sobre a implantação das políticas afirmativas no País ocorridas alguns anos após a sua morte, o autor, ao analisar a formação e o sentido do Brasil na sua obra “O povo brasileiro”, já percebia que

exacerba-se o distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, e entre estas e as oprimidas, agravando as oposições para acumular, debaixo da uniformidade étnico-cultural e da unidade nacional, tensões dissociativas de caráter traumático. Em consequência, as elites dirigentes, primeiro as lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal,

²⁴ Gianezi, Oliven e Allen (2013) sugerem a visualização dos vídeos: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Pleno – Supremo declara constitucionalidade do ProUni (1/2)**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xbpx8xdvI9E>>. Acesso em: 18 jun. 2013; e SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. **Pleno – Supremo declara constitucionalidade do ProUni (2/2)**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSM1SMouYd4>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

²⁵ Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922, em Montes Claros (MG) e faleceu em Brasília, no dia 17 de fevereiro de 1997.

brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas. Boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração na ordem vigente (RIBEIRO, 1997, p. 23-24).

Ao considerar a constitucionalidade das políticas afirmativas no ensino superior brasileiro, o STF rompe com o “pavor pânico” de parte da sociedade brasileira, de que minorias sub-representadas alcançassem o ensino superior mediante diversas reivindicações e manifestações ao longo da primeira década do século XXI.

De qualquer forma, este recente acontecimento (e todo o debate que o circunda) reitera a atualidade e relevância do tema, “e requer análises que promovam compreensões a partir de diferentes perspectivas acerca das desigualdades sociais, educacionais e jurídicas” (GIANEZINI; OLIVEN; ALLEN, 2013, p. 115), embora a discussão não paire mais sobre os posicionamentos contrários ou a favor de tais políticas afirmativas.

5.3.2 Das origens do PROUNI

Do ponto de vista legal, o Programa Universidade para Todos foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei nº 11.906, de 13 de janeiro de 2005. A referida lei determina que, para receberem os benefícios do PROUNI, as IES privadas devem reservar um percentual de suas vagas (em forma de bolsas de estudo integrais e parciais) para alunos que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, sendo que parte das vagas deve ser concedida a autodeclarados pardos, negros, indígenas e pessoas com necessidades especiais (GIANEZINI, 2012b).

Assim, o programa também é voltado a estudantes sem diploma de ensino superior; matriculados em IES privadas; de baixa renda; professores da rede pública; além daqueles que se encontram em cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

A seleção dos estudantes que são contemplados com as bolsas ocorre em duas etapas. A primeira baseia-se nos resultados e no perfil socioeconômico revelados pelo ENEM; a segunda é realizada pelas próprias IES, que devem definir a lista final dos escolhidos a partir dos nomes enviados pelo Ministério da Educação (UNIC, 2011).

A contrapartida dada às IES ocorre através da isenção de impostos e contribuições no período de vigência do Programa. Os principais impostos são: Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e o Programa de Integração Social (PIS), proporcionalmente ao número de bolsas ocupadas.

Quanto a sua natureza e mérito, o PROUNI insere-se no âmbito das políticas públicas²⁶ concebidas para democratizar o acesso à educação por meio da valorização do mérito do estudante, concedendo bolsas de estudos integrais ou parciais em instituições privadas de educação superior.

Nesse sentido, estudiosos da temática também consideram o programa uma política de ação afirmativa, haja vista que “essas políticas visam promover a igualdade de oportunidades e diminuir as desigualdades que as políticas universais não resolvem” (ESTACIA, 2009, p.

²⁶ A implementação do PROUNI e a criação de dez universidades federais e de 49 novos *campi* ampliaram o número de vagas na educação superior. Cabe destacar que essas ações visavam a atender as metas do Plano Nacional de Educação, lançado em 2001, que previa atingir 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior até 2010.

190). Oliven (2007, p. 30), por sua vez, endossa esta compreensão, ao assegurar que “o termo ação afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado”. Isto reforça a natureza de política pública do Programa, visto que seu principal objetivo é criar condições de acesso ao ensino superior privado para estudantes sem recursos para assumirem os custos de uma faculdade particular.

O PROUNI foi criado, portanto, com o intuito de atender a antigos anseios sociais, sobretudo de “alguns jovens potencialmente competentes de camadas menos privilegiadas que sonham em ser universitários, mas nem ousam concorrer a uma vaga na universidade [pública]” (BELLO, 2011, p. 39).

Por conseguinte, tão importante quanto a oportunidade de acesso ao ensino superior, o programa contribui para permanência dos estudantes. Neste sentido, Silva e Veloso (2010, p. 222) asseveram que:

[...] a permanência dá sentido ao acesso, configurando a continuidade da trajetória de formação; a expansão tem relação (e impacto) com o acesso, na proporção do crescimento quantitativo (instituições, vagas, matrículas, docentes, financiamento) e das suas características (ensino público/gratuito, organização acadêmica, curso, avaliação/qualidade).

Embora o Programa tenha como propósito atender, de forma geral, estudantes desprovidos de recursos financeiros ou aqueles pertencentes a um determinado grupo étnico e por isso possui inquestionável relevância social, há também estudiosos que foram contrários ao PROUNI na época de sua implantação. Compõem esse grupo Catani, Hey e Gilioli (2006) e Carvalho (2006). A primeira crítica está embasada na preocupação com o próprio estudante.

[...] o PROUNI promove uma política pública de acesso à educação superior, pouco se preocupando com a permanência do estudante, elemento fundamental para a democratização. Orienta-se pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas. Os cursos superiores ofertados nas IES privadas e filantrópicas são, em maioria, de qualidade questionável e voltados às demandas imediatas do mercado (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006, p. 126).

Outras observações também foram salientadas, como o fato de ter havido várias modificações no projeto original, favorecendo as IES privadas com o preenchimento de vagas ociosas dessas instituições e a renúncia fiscal, em 2005, de R\$ 52 milhões (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006).

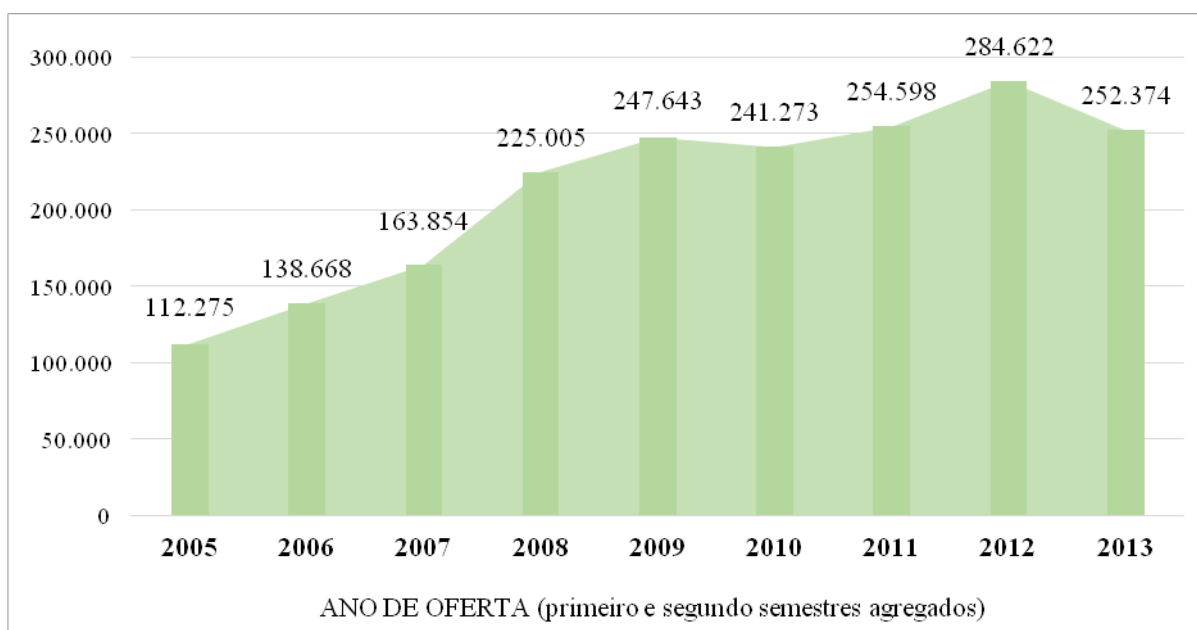
Havia, em 2006, uma certa expectativa da comunidade acadêmica das universidades públicas por investimentos do governo federal no setor público, haja vista que esse setor tinha sido preterido na década de 1990. Portanto, são compreensíveis as manifestações dos referidos autores. Além disso, cada ponto frágil do PROUNI, destacado por eles, foi revisto, e novos ajustes foram realizados com intuito de aperfeiçoá-lo.

Sob nossa ótica, tais críticas servem como instrumento para qualificar esse modelo de programa. Nesse sentido, essas observações são bem-vindas, pois acredita-se que elas contribuem para consolidar políticas dessa natureza, não desmerecendo o papel a que se propõem executar. Cabe salientar que, embora ainda existam fragilidades no Programa, a ação governamental de aceitar as críticas e reavaliá-lo, corrigindo seus equívocos e superando suas fragilidades, demonstra o devido respeito pela comunidade acadêmica, que até então não havia sido considerada por governos anteriores.

5.3.3 Cenário Estatístico da Educação Superior: o PROUNI no Brasil, em Mato Grosso e na UNIC

Nesta subseção, apresenta-se alguns dados sobre a evolução do PROUNI no Brasil, em Mato Grosso, em Cuiabá e na IES estudada. Destarte, observam-se os dados do Brasil, onde, a partir do Gráfico 9, é possível verificar a evolução da oferta de bolsas desde o início do programa, em 2005.

Gráfico 9 — Número Anual de Bolsas Ofertadas Pelo PROUNI – 2005 a 2013



Fonte: Elaborado a partir de dados de MEC/SISPROUNI (2013).²⁷

Em 23 de janeiro de 2012, foi divulgado, nos principais meios de comunicação, que o PROUNI atingiu o número de 1 milhão de bolsas distribuídas em 2011 desde a sua criação (CORREIO DO POVO, 2012, p. 12).²⁸

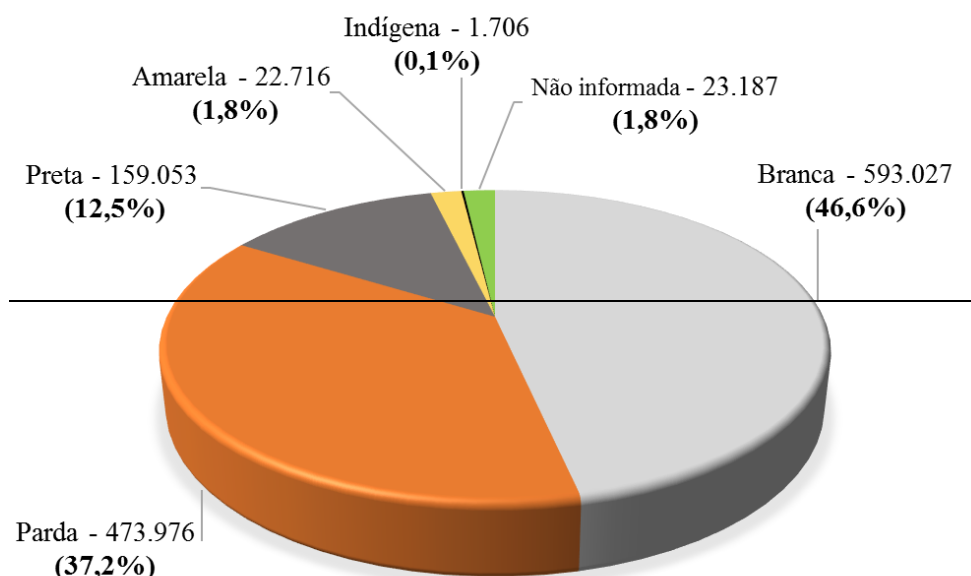
²⁷ SISPROUNI: Dados relativos ao PROUNI de 2005-2013, 06/11/2013. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=26&Itemid=147>. Acesso em 20 nov. 2013.

²⁸ A solenidade em que a Presidente Dilma Rousseff e o então Ministro da Educação Fernando Haddad, juntamente com inúmeras autoridades e representantes estudantis, comemoraram em solenidade aberta no Palácio do Planalto está disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8UUtbl2PRVU>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

Esta marca é, sem dúvida, de significativa relevância quando se observa os dados de distribuição destas bolsas por etnia (Gráfico 10), constata-se a distribuição desigual das mesmas no período.

Ainda que se saiba que o programa visa atender, em primeiro lugar, os estudantes de menor renda, e que os resultados acompanhem a composição étnica brasileira, entende-se que o mesmo reproduz o quadro existente, que tem lentamente se revertido com a adoção de cotas pelo próprio programa.²⁹

Gráfico 10 — Número Total de Bolsistas do PROUNI, por cor/raça, **Brasil** – 2005 a 2013



Fonte: Elaborado a partir de dados de MEC/SISPROUNI (2013).

Assim, é possível constatar que, em termos percentuais, os indígenas e a população afro-brasileira são os menos alcançados pelo PROUNI, ainda que o programa pretenda atender a estudantes de todas as etnias. Uma provável causa para esse fato, além das próprias condições socioeconômicas desfavoráveis, incide sobre a baixa taxa quantitativa de estudantes destas duas etnias que concluem o ensino médio, enquanto requisito essencial para ingressar

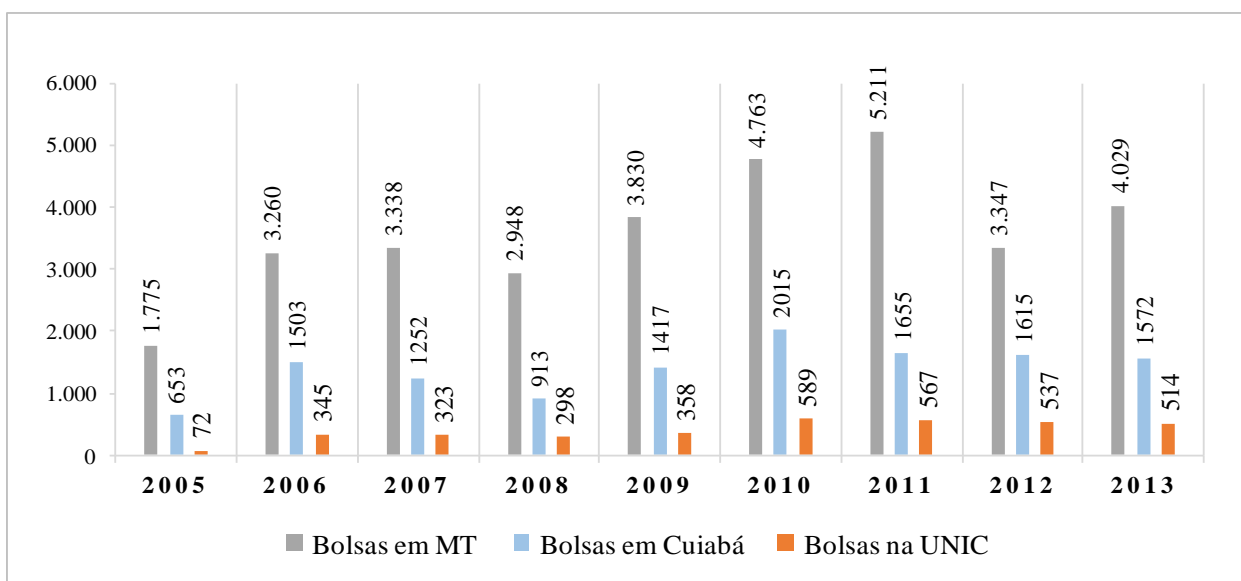
²⁹ O PROUNI reserva bolsas às pessoas com deficiência e aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos. Vale lembrar que o candidato cotista também deve se enquadrar nos demais critérios de seleção do Programa. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=228:o-prouni-reserva-cotas-para-afrodescendentes-indnas-e-para-as-pessoas-com-deficiia&catid=23:informas-aos-candidatos>. Acesso em: 12 dez. 2013.

no ensino superior. Esta situação é um pouco melhor no Estado de Mato Grosso, como se observa os dados do Gráfico 12.

Desde a criação do PROUNI, em 2005, até o segundo semestre de 2013, 22.932 estudantes foram beneficiados em Mato Grosso com bolsas integrais ou parciais pelo Programa (MEC/SISPROUNI, 2013), sendo 12.592 delas para Cuiabá e 3.603 para a UNIC.

O Gráfico 11, que apresenta os dados de oferta de Mato Grosso, Cuiabá e da UNIC, revela variações na quantidade de bolsas distribuídas entre os anos de 2005 e 2011. É possível constatar que, ao contrário do que ocorre no âmbito nacional, em alguns anos houve redução no número total de bolsas, resultado da suspensão temporária da oferta do Programa por algumas IES de MT pela falta de regularidade fiscal, irregularidades na oferta e no preenchimento das bolsas, ou conceitos insatisfatórias nas avaliações do MEC.

Gráfico 11 — Total de Bolsas Ofertadas Pelo PROUNI em MT, em Cuiabá e na UNIC – 2005 a 2013

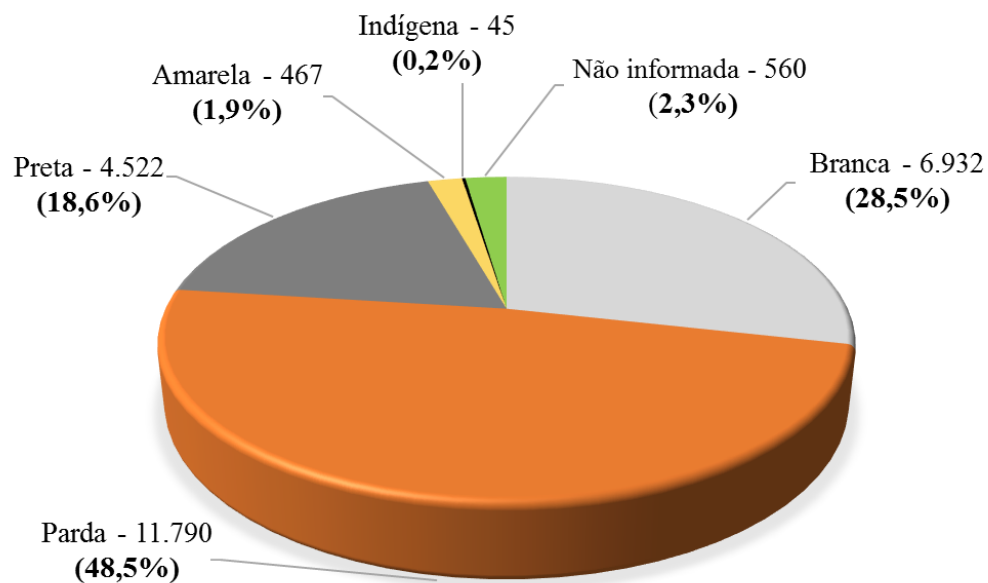


Fonte: Elaborado a partir de dados de MEC/SISPROUNI³⁰ (2013) e informações da IES.

Ainda que, em termos absolutos, os dados de distribuição destas bolsas por etnia em Mato Grosso sejam muito inferiores aos do Brasil, os percentuais são mais favoráveis às etnias estudadas nesta tese.

³⁰ Sistema Informativo do PROUNI.

Gráfico 12 — Número Total de Bolsistas do PROUNI, por cor/raça, **Mato Grosso** – 2005 a 2013



Fonte: Elaborado a partir de dados de MEC/SISPROUNI (2013)

Entre os anos de 2005 e 2013, 4.522 bolsas dos PROUNI em Mato Grosso foram destinadas a bolsistas que se autodeclararam negros, sendo este percentual, de 18,6%, superior à média nacional, de 12,5%.

No que tange a IES estudada, a Universidade de Cuiabá participa do PROUNI desde a sua primeira edição, oferecendo vagas nos seus três *campi* localizados na capital, Cuiabá. Em 2010, a IES ofertou 589 vagas, sendo 211 para candidatos a bolsa integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste século, políticas públicas (dentre as quais as ações afirmativas) foram formuladas com o intuito de modificar a desigualdade social nas universidades, contemplando uma parcela da população que historicamente teve parcas condições de equidade socioeconômica para o acesso e permanência no ensino superior.

Cabe salientar que ambas as políticas públicas (PROUNI e PROIND) foram estudadas em duas universidades brasileiras as quais tomaram a dianteira no processo de incluir os excluídos no ensino superior. Este processo vanguardista proporcionou o desempenho do papel da universidade, assumindo a sua função social mediante um ensino integrado e diverso.

Neste artigo foi enfatizado as relações estabelecidas entre as duas universidades (a UNIC e a UFMT) e os universitários. Tais relações são ambivalentes, marcadas pela diferença e pela igualdade. Pela diferença, na medida em que, na IES pública (a UFMT), os universitários estão vinculados a um programa específico, voltado, somente, para atender exclusivamente uma determinada etnia – a indígena; enquanto na IES privada (a UNIC), embora os universitários selecionados também fossem de uma dada etnia – a afro-brasileira – o programa em análise (o PROUNI) é voltado para atender e suprir as demandas de outras várias etnias e ainda considera questões econômicas e sociais dos estudantes e de seus familiares. E pela igualdade, na medida em que estes estudantes devem ter condições iguais

(direitos e deveres) aos demais acadêmicos (não indígenas, não afro-brasileiros e não bolsistas), na apropriação do conhecimento acadêmico e científico.

Vale salientar que não se objetivou neste artigo, comparar estudantes indígenas com afro-brasileiros, nem tampouco a UFMT com a UNIC, mas sim estudar duas experiências distintas de ações afirmativas – uma de natureza institucional e a outra de natureza pública, porém voltada para o setor privado, de alcance nacional. Ainda assim, entende-se que algumas características podem ser compreendidas de forma integrada.

Com relação à experiência do PROIND, pode-se caracterizá-la como um programa mais recente, com menor abrangência, personalizado, com previsão de término (ainda que renovável) e em constante avaliação e reavaliação.

Com relação à experiência do PROUNI, o mesmo foi percebido como um programa consolidado com quase uma década de existência, cuja proposta alcança todos os estados da federação sendo, portanto, de abrangência nacional e multiétnica, compondo uma política de Estado sem previsão de término.

Por fim, considerando as principais características dos dois programas em mote, neste artigo foi possível constatar que: (a) ambas as experiências contribuíram para o crescimento de matrículas de universitários oriundos de etnias sub-representadas (afro-brasileiras e indígenas); (b) houve a ampliação da diversidade cultural; e (c) embora tenha havido marcas de resistência e de conflito por parte de alguns estudantes e docentes, as mesmas foram superadas mediante a perseverança e êxito daqueles que foram contemplados pelas políticas públicas (universitários indígenas e afro-brasileiros).

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BELLO, L. **Políticas de Ações Afirmativas na UFRGS: o processo de resiliência na trajetória de vida de estudantes cotistas negros com bom desempenho acadêmico**. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BERGAMASCHI, M. A. **Ensino Superior Indígena: estudantes Kaingang e Guarani na UFRGS**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS, 3., 2008, Porto Alegre. Encontro Internacional de Pesquisadores de Políticas Educativas. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2008. p. 117-123.

BERGAMASCHI, M. A. **Nhembo'e. Enquanto o Encanto Permanece!:** processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani. 2005. 273f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BERGAMASCHI, M. A. Olhares Sobre os Processos Educativos dos Povos Ameríndios a Partir de Pesquisas Contemporâneas. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 9. 2011, Curitiba. **Anais**. Curitiba: [s.n.], 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. 47p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2013.

CARVALHO, C. H. A. **O PROUNI no Governo Lula e o Jogo Político em Torno do Acesso ao Ensino Superior**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, 2006.

CATANI, A.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. **Prouni**: democratização do acesso às instituições de ensino superior? *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 125-140, jul./dez., 2006.

CORREIO DO POVO. **Dilma Defende Enem e ProUni na Despedida de Haddad**. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=384616>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

ESTACIA, M. A. T. **Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo**: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico. 2009. 240f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GIANEZINI, K. Acesso ao ensino superior jurídico e os capitais dos estudantes indígenas em Mato Grosso. In: 8º Encontro ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política, 2012, Gramado. **Anais do 8º Encontro ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política**, 2012f.

GIANEZINI, K. **DIREITO E SOCIEDADE**: análise comparativa das políticas afirmativas nos sistemas jurídicos brasileiro e estadunidense. 120f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) — Departamento de Propedêutica Jurídica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GIANEZINI, K.; ALLEN, W. R.; OLIVEN, A. As Supremas Cortes do Brasil e dos Estados Unidos e as Políticas de Ação Afirmativa em Universidades nos dois Países: uma análise jurisprudencial. In: **Políticas Públicas Educacionais**: novos contextos e diferentes desafios para a educação no Brasil. Curitiba: CRV, 2013. p. 115-134.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), Sistema Informatizado do PROUNI (SISPROUNI). Dados relativos ao PROUNI de 2005-2013, 2013. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=26&Itemid=147>. Acesso em: 20 nov. 2013.

NUNES, E. **Desafio Estratégico da Política Pública**: o ensino superior brasileiro. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, [Edição Especial Comemorativa 40 anos], p. 103-147, 2007.

OLIVEN, A. C. **Ações Afirmativas, Relações Raciais e Políticas de Cotas nas Universidades**: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. *Educação*, Porto Alegre, v. 61, n. 01, p. 29-51, jan./abr. 2007.

OLIVEN, A. C.; BORDIGNON, L. S.; GIANEZINI, K.; BELLO, L. **Qualidade na gestão e o Prouni**. In: Maria Estela Dal Pai Franco; Marília Costa Morosini. (Org.). *Qualidade da Educação Superior: dimensões e indicadores*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 4, 2011.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Cerimônia marca a entrega de 1 milhão de bolsas pelo PROUNI**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8UUtbl2PRVU>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

PERFEITO, M. R. S. **PROUNI**: um programa de inclusão social e suas contradições. 2013. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SANTOS, F. R. da S. **A discriminação**. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.observatorioindigena.ufc.br/oktiva.net/1983/nota/73723>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

SILVA, C. L. **A temática diversidade nos cursos da UFMT**. In: FÓRUM DE LICENCIATURA DA UFMT/PROEG/PROIND, 1, Cuiabá, 2011. *Anais...* Cuiabá: UFMT, 2011. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/eventos/cc656a12b93bbedc6cfc4da4f049f753.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

SILVA, C. L. **Experiência do PROIND pode ajudar professores a lidar com a diversidade em sala de aula.** In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Informativo da pró-reitoria de ensino de graduação. Boletim das licenciaturas. Cuiabá. Ano 1, n. 2, p. 5, Jan/Fev., 2012.

SILVA, M. G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. **Acesso à Educação Superior:** significados e tendências em curso. Série-Estudos: Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 30, p. 221-235, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, G. V. **A Adesão as Instituições Privadas ao PROUNI: interesses em pauta.** 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Pleno – Supremo declara constitucionalidade do ProUni (1/2). Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xbp8xdvI9E>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF. Pleno – Supremo declara constitucionalidade do ProUni (2/2). Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZSM1SMouYd4>>. Acesso em: 18 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). Relatório de Avaliação Institucional, Ano de Exercício: 2010. CPA/UFMT. Cuiabá: UFMT, 2010b. Disponível em: <http://200.129.241.80/autoavaliacao/relatorios/Rel_Final_CPA_2011_UFMT_28_4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.